

eBook

**DIÁLOGO ENTRE
OS PODERES NO
ENFRENTAMENTO
À VIOLÊNCIA CONTRA
AS MULHERES**

Clique aqui e assista
ao seminário que
gerou esse eBook.



Instituto de Estudos
Jurídicos Aplicados

Diálogo entre os Poderes no enfrentamento à violência contra as mulheres

Índice

Introdução

Fabiane Oliveira, Presidente do Instituto IEJA 3

A violência contra a mulher sob a perspectiva do Governo Federal por meio do Ministério da Mulher

Damares Alves, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 6

A violência contra a mulher sob a perspectiva das empresas

Luíza Helena Trajano, Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luíza 12

A violência contra a mulher sob a perspectiva educacional

Adriana Vasconcellos, especialista em educação Étnico Racial 18

A violência contra a mulher sob a perspectiva da Associação Nacional das Universidades Privadas

Elizabeth Guedes, Presidente da ANUP 24

A violência contra a mulher sob a perspectiva do Judiciário

Ministra Cármen Lúcia, Ministra do Supremo Tribunal Federal 29

Encerramento

Fabiane Oliveira, Presidente do Instituto IEJA, e Ariane Guimarães,

Diretora Acadêmica de Direito Tributário do Instituto IEJA 40



Fabiane Oliveira,
Presidente do Instituto IEJA

Introdução

Fabiane Oliveira, Presidente do Instituto IEJA

O debate sobre a violência contra as mulheres se tornou muito importante, tendo em vista essa violência terrível que assola o país e a humanidade como um todo, em especial neste momento de pandemia em que todos se encontram confinados em seus lares, espaço que deveria ser sagrado, enquanto há inúmeras mulheres sofrendo violência e sem condições de denunciarem seus agressores.

Nesse contexto, deve-se abrir espaços de fala como este, que conta com a presença de mulheres que estão à frente de agendas nacionais, sejam de políticas públicas, sejam de políticas judiciárias e que podem trazer não só dados, mas conhecimento empírico sobre como enfrentar a violência contra a mulher, principalmente diante do cenário atual, em que a pandemia não é apenas sanitária, mas também de violações aos direitos femininos.

O CNJ, sensível ao assunto, lançou em junho a “Campanha do Sinal Vermelho”, em parceria com a Associação dos Magistrados Brasileiros, que oferece à mulheres agredidas a possibilidade de apresentar nas farmácias uma cruz vermelha na palma de sua mão para que, em silêncio, ela possa mostrar a situação que está submetida. Essa é uma das campanhas lançadas como consequência da Lei Maria da Penha, um marco no Brasil para essa rede de proteção.

Eu gostaria de compartilhar aqui uma experiência pessoal. Em 2007, uma instituição religiosa convidou-me a falar sobre Direito de Família para uma plateia formada, em sua grande maioria, por mulheres que viviam em situação de extrema vulnerabilidade social. Para aquele momento, havia

preparado uma apresentação com um texto como base e imagens simples, iniciando com a Constituição Federal. Antes de clicar no primeiro slide, perguntei, entusiasmada, qual era a lei mais importante do país, obviamente esperando escutar, sem qualquer tergiversação, a Constituição como resposta. No entanto, ouvi, de forma unânime, em voz uníssona, ritmada e ecoada por mais de 200 pessoas:

“Lei Maria da Penhaaaaaaa!!!”. Contrariada, precisei mostrar-lhes nossa Lei Maior. Esse fato impactou-me de maneira muito profunda. Com ele, aprendi que o diploma legal mais próximo das pessoas é sempre aquele com o qual elas podem contar em seu dia a dia. Isso é uma amostra da importância da lei e do tema para essa comunidade e, com certeza, para todo o país. Nosso seminário na data de hoje prova-nos que, transcorridos 14 anos daquele evento, muito ainda precisa ser feito para resguardar os direitos fundamentais de nossas meninas e mulheres.



Damare Alves,

Ministra da Mulher, da Família
e dos Direitos Humanos

A violência contra
a mulher sob a
perspectiva do
Governo Federal
por meio do
Ministério da
Mulher

Além das delegacias online,
os canais de recebimento
de denúncias também
foram ampliados por meio
de aplicativos como o
Telegram e há um projeto
que se estende também a
um site e ao WhatsApp



Damare Alves, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

O aumento da violência contra a mulher durante a pandemia é uma realidade não só do Brasil, mas de todo o mundo. E é uma realidade que apavora e causa angústia.

A partir do momento em que se percebeu o aumento da violência doméstica nos países que iniciaram a quarentena antes do Brasil, nosso Ministério da Mulher conseguiu se antecipar, adotando medidas e políticas públicas como uma forma de se organizar para minimizar os números que assustam.

O “Ligue 180”, canal de recebimento de denúncias de violência contra a mulher, aponta que, no período da pandemia, a violência contra a mulher no Brasil cresceu em torno de 37%. Já no “Disque 100”, canal de recebimento de denúncias de violência contra a criança, houve uma queda de 19%. Claro, leva-se em consideração que a criança não tem como denunciar, outra situação que nos preocupa muito.

Além dos dados, o que preocupa mais ainda é o “pós pandemia”. Quando as casas se abrirem, quando as escolas começarem a receber crianças, que tipo de crianças nós iremos receber? É importante também a realização de um debate para discutir o que nos aguarda pós-pandemia.

Mas, voltando para os números, quando saímos do nosso canal, o “Ligue 180”, verifica-se que os números nas Secretarias de Segurança dos Estados são bem maiores. No estado do Acre, por exemplo, houve um aumento da violência doméstica em torno de 600%. Há estados no Nordeste que já contam com um aumento de 400% da violência durante a pandemia.

Infelizmente, esse aumento era esperado, uma vez que a quarentena, as medidas de isolamento social, obrigou a deixar dentro de casa o agressor e a vítima. O predador e a presa. Diante desse cenário, muito se pergunta quais iniciativas foram tomadas pelo Governo Federal.

Primeiramente, buscou-se garantir que a rede de proteção estivesse em pleno funcionamento. Logo, o grande trabalho no início da pandemia foi ter a certeza de que a rede de proteção estava funcionando, bem como conscientizar as mulheres de que, mesmo na pandemia, elas teriam proteção do Estado, a rede de proteção continuaria funcionando. Essa conscientização foi feita por meio de campanhas estaduais e municipais e foi muito importante porque houve um pânico no início da quarentena, no sentido de que a pandemia parou tudo e a mulher estava sozinha, abandonada, dentro de casa com seu agressor. Nosso maior desafio, no início da pandemia, foi conscientizar a população de que essa rede de proteção estava ativa.

Outra medida importante foi a ampliação dos canais de recebimento de denúncias e o grande impasse era: como a mulher dentro de casa, ao lado do agressor, iria fazer a denúncia? O agressor poderia ouvir a vítima ligando e o canal principal de denúncia era o telefone.

Nesse sentido, alguns Estados criaram delegacias *online* com a possibilidade de realização de ocorrências policiais *online*. Um exemplo é o estado do Rio de Janeiro, que apresentou no mês de março um aumento de 52% de boletins de ocorrência de violência doméstica feitos por meio da delegacia *online*. Assim, outros estados também foram aderindo tal medida e estamos com um número considerável de estados com delegacias *online*, sendo esse um legado que a pandemia irá deixar.

O Ministério das Mulheres, junto ao Ministério da Justiça e as Secretarias de Segurança de todos os estados têm trabalhado para que a delegacia *online*

para o registro de violência doméstica seja uma realidade no Brasil. Há muito tempo é um sonho da rede de proteção que a delegacia *online* recebesse as denúncias de violência contra a mulher, pois mesmo fora da pandemia, muitas vítimas nunca teriam coragem de entrar em uma delegacia. Com a delegacia *online*, esperamos que muitas mulheres saiam do silêncio e a subnotificação dessa violência poderá cair no Brasil.

Além das delegacias *online*, os canais de recebimento de denúncias também foram ampliados por meio de aplicativos como o *Telegram* e há um projeto que se estende também a um *site* e ao *WhatsApp*. A partir desses aplicativos, a mulher poderá fazer denúncias por meio de uma mensagem que pode ser digitada quando o agressor estiver dormindo.

No aplicativo, há também uma novidade: a mulher pode apresentar imagens e vídeos que poderão ser utilizados, inclusive, como antecipação de prova para a aplicação de uma medida protetiva de imediato.

Além disso, o aplicativo foi aperfeiçoado para atender a uma mulher muito especial: a mulher surda. Atualmente, já é possível realizar denúncias por meio de libras por vídeo chamada.

Vale ressaltar que os números de violência contra a mulher com deficiência no Brasil são absurdos, assim como os números de violência contra mulheres idosas. O Ministério das Mulheres, nesse período de pandemia, recebeu imagens de idosas amarradas na cama, sendo queimadas pelos próprios filhos, e é de tirar o sono, de tirar lágrimas.

Infelizmente, a pandemia tem revelado o que há de mais cruel no ser humano, como também tem revelado o que há de mais nobre. Temos visto várias ações de solidariedade, de companheirismo, de acolhimento, mas a crueldade também foi revelada.

Por isso, espaços como esse são extremamente importantes para que se comece a dizer para a sociedade: denuncie. Não se omita. A rede de proteção funciona, nós respondemos às denúncias que estão chegando em novos canais e protegemos as mulheres. As denúncias são acolhidas e providências têm sido tomadas.

Em razão das novas medidas que foram tomadas, as denúncias cresceram tanto que foi criada uma parceria entre o Ministério das Mulheres e o Conselho Nacional do Ministério Público que tem recebido em bloco todas as violações de direitos nesse período de pandemia. E assim, tem sido dado fluxo a todas as denúncias.

As mulheres estão sendo vítimas de diversas violências nesse período de pandemia, de uma forma jamais vista. Mas é importante salientar que a rede de proteção está funcionando, as campanhas estão sendo realizadas e o Governo Federal está em alerta.



**Luíza Helena
Trajano,**

Presidente do Conselho
de Administração
do Magazine Luíza

**A violência contra
a mulher sob a
perspectiva das
empresas**



Participando do grupo
“Mulheres do Brasil”
eu aprendi que a cada
duas horas morre uma
mulher no país.

Luíza Helena Trajano, Presidente do Conselho de Administração do Magazine Luíza

Inicialmente, acompanhei de perto a implementação do “Ligue 180”, e gostaria de adicionar que ele pode ser discado em 18 países e atende em qualquer idioma. E esse diferencial foi realizado por meio do grupo “Mulheres do Brasil” que, apesar de ter alguns problemas operacionais no início, hoje funciona muito bem e é uma medida bastante importante que foi tomada.

Participando do grupo “Mulheres do Brasil” eu aprendi que a cada duas horas morre uma mulher no país. Todavia, a violência está muito distante de cada um até a viver de perto. No Magazine Luíza, existe o canal TV LUÍZA em que se discute vários temas como racismo, democracia, porém, nunca se havia discutido problemas de violência contra a mulher.

Até que, em agosto de 2017, uma gerente do Magazine foi morta em seu quarto, a canivetadas, pelo seu companheiro. Após esse fato, foi criada uma linha direta entre os funcionários e o Magazine Luíza, tendo, inclusive, um canal no *YouTube*.

Sabe-se que a classe mais simples sofre mais com violências domésticas, porém, se pararmos para observar, ao nosso lado há secretárias, filhas de pessoas de classe alta que também sofrem e quem está ao redor sequer imagina. E quando pessoas da mesma classe resolvem falar, ajudam muito. É impressionante como a violência contra a mulher pega todo mundo.

Por isso, o Magazine Luíza então criou uma linha direta entre Luíza Trajano, empresária da rede, e as funcionárias, mulheres da empresa, para falarem sobre violência doméstica, violência contra a mulher.

Inclusive, também há dois anos, foi realizado pelo laboratório do Magazine Luíza um evento com 200 homens, presidentes de empresas, em que foi apresentada a Lei Maria da Penha junto aos casos de violência doméstica de funcionárias. Foi surpreendente para os homens, presidentes de empresas, que não sabiam da ocorrência dessa violência contra suas funcionárias.

O Magazine Luíza também criou uma cartilha com cinco passos no *YouTube*, para as empresas criarem uma linha direta em cinco passos. É uma medida barata e que ajuda muito, uma vez que, quando a empresa cria isso, ela protege seus funcionários até contra a “pré violência”. Isso porque, muitos funcionários pensam: “se a empresa protege a mulher contra a violência, eu posso ser mandado embora caso eu pratique”.

A partir dessa linha direta, a equipe se envolveu bastante e passou a denunciar por meio do canal interno da empresa. Os funcionários sabiam que não eram obrigados a denunciar na delegacia, mas que a empresa iria proteger. Assim, ligavam na central, havia um apoio de psicólogos e, se necessário fosse, a empresa promovia inclusive a mudança da funcionária de cidade. Infelizmente, na pandemia, essas denúncias quase desapareceram, como comentou a Ministra Damares.

Outra ação criada pelo Magazine Luíza no Dia Internacional da Mulher foi o “**Magazine Luíza vai meter a colher sim**”. Foram vendidas 30 mil colheres pelo valor de R\$ 1,80, em referência ao número do disque denúncia, e todo o valor arrecadado foi revertido para o Instituto Patrícia Galvão. Além de divulgar o número do canal de denúncia, foi uma forma de quebrar a crença limitante de que ninguém pode “meter a colher” em relacionamentos, ainda que abusivos.

Essa ação obteve um espaço muito bom na sociedade, uma vez que foi promovida por uma empresa e não por uma ONG ou por algum órgão do governo. E isso protege muito mais do que se pode imaginar, pois apesar de vários órgãos do governo oferecerem cobertura às mulheres, ainda é pouco divulgado e a comunicação pode ser fragmentada. Logo, é importante que uma empresa também faça seu papel nessa luta e rede de proteção, nós temos essa cartilha que é fácil e barata para as empresas.

Em termos de políticas públicas, é muito importante falar sobre as delegacias, aumentar a divulgação das políticas públicas. Em Franca, que é minha terra, por exemplo, o grupo “Mulheres do Brasil” ajudou a reformar uma delegacia, colocou um centro de referência de violência contra a mulher, mas existem várias reclamações administrativas contra as delegacias.

É muito importante que se acompanhe as delegacias da mulher, pois a maioria encontra-se sem suporte para atender as vítimas. Muitos delegados e funcionários vão sem vocação para isso ou não gostam. Nem todo lugar possui uma delegacia, um lugar de acolhimento ou um posto de saúde em atendimento às mulheres. E não basta apenas a criação de prédios, mas de estrutura, de funcionários capacitados, de psicólogos e de uma boa gestão.

Também é imprescindível que as políticas públicas sempre observem a Lei Maria da Penha, que é uma das melhores leis do Brasil, além de ser um diferencial, pois sabe-se que em outros países não existem leis nesse sentido.

Por fim, é bastante considerável que empresas criem canais de proteção à mulher e criem formas de ajudar na luta contra a violência doméstica, pois além de ser barato, salva vidas. A Magazine Luíza se disponibiliza a ajudar, a ensinar as empresas, a compartilhar a cartilha que facilita a implementação de medidas internas contra essa violência.

Sobre a iniciativa nas farmácias, da cruz vermelha, queria comentar que fui cética, no começo, porque a maioria dos funcionários são homens e não achei que seria muito eficaz, mas estava errada, eles já salvaram e acolheram muitas, muitas mulheres e estão muito envolvidos, superou muito minhas expectativas.



Também é imprescindível que as políticas públicas sempre observem a Lei Maria da Penha, que é uma das melhores leis do Brasil, além de ser um diferencial, pois sabe-se que em outros países não existem leis nesse sentido.



**Adriana
Vasconcellos,**

Especialista em Educação
Étnico Racial

**A violência contra
a mulher sob
a perspectiva
educacional**

O acesso à academia pela população negra trouxe uma possibilidade de mudança dessa narrativa.

É preciso também que sejam criadas casas de abrigo para as mulheres que sofrem de agressão e para seus filhos



Adriana Vasconcellos, Especialista em Educação Étnico Racial

Primeiramente, quero agradecer e parabenizar o Instituto IEJA por esse debate, que é tão necessário, principalmente para as mulheres negras, que são as que mais sofrem com o feminicídio e com a violência doméstica. E o debate ainda se torna mais especial por estar sendo realizado no mês de julho, que tem, como seu dia 25, uma data de comemoração pela Tereza de Benguela, uma mulher negra afro-caribenha e latino-americana, líder quilombola, que lutou pela libertação dos escravizados e abriu caminhos para que as mulheres negras tivessem mais vozes.

Parabenizo a pluralidade da mesa, tão diversa, colocando a sociedade civil perto do Poder. É importante que as mulheres em geral tenham mais vozes, mas também que as mulheres negras, indígenas e trans também tenham mais vozes. É necessário que a sociedade civil esteja próxima do poder para que se torne uma sociedade da mulher, uma sociedade de bem viver. E isso só ocorrerá se existir essa proximidade.

Não adianta a criação de leis de cima para baixo, sem que se ouça as pessoas envolvidas. Por isso, merecem saudações Tereza de Benguela, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Jamila Ribeiro. Essas são vozes que ecoaram, vozes que alcançaram espaços não só para serem ouvidas, mas que permitiram o acesso de outras mulheres a esses espaços.

É fato que as mulheres negras são as que mais sofrem a violência doméstica. E isso não é “mimimi”, é real, trata-se de dados estatísticos: de 2003 a 2013 o feminicídio da mulher negra aumentou em 54% em relação à mulher branca, que diminuiu.

É impossível falar de violência sem fazer esse recorte. Um recorte racial, de gênero e classe. Conforme bem colocado por Luíza Trajano, a violência contra a mulher não é uma exclusividade de quem está nas classes mais baixas, isso é um mito. A violência está em todas as classes e ela decorre do machismo e do patriarcado. E como resolver isso?

A violência contra a mulher precisa ser resolvida de imediato. E de imediato, deve-se penalizar o agressor. Ocorre que, apenas a penalização não resolve porque é um problema cultural, um problema que está arraigado na sociedade. Está cristalizado e só é possível quebrar isso por meio da educação. Logo, a educação de gênero dentro das escolas é de extrema importância e significa falar sobre o respeito, nada além disso.

Infelizmente, a lei que dispõe sobre a educação de gênero dentro das escolas públicas municipais não foi aprovada, porém, há muito o que se debater sobre isso. Esse debate nas salas de aula é muito importante para desmistificar, para quebrar essa cultura que vem desde quando invadiram o Brasil.

A mulher negra sempre foi colocada no lugar de objeto e de servidão de todas as formas, inclusive seu corpo, com a servidão sexual. É uma cultura que foi sendo propagada desde o pensamento colonial escravocrata, que foi se renovando e ainda está muito presente. O corpo da mulher negra é “matável” e sequer há um questionamento em relação a isso. Mulheres negras são tratadas como descartáveis e colocadas no lugar de servidão.

O acesso à academia pela população negra trouxe uma possibilidade de mudança dessa narrativa. Basta olhar para programas de televisão. Em geral, só há pessoas brancas e a mulher negra sempre é colocada no papel de servidão, como empregada doméstica, por exemplo, ou como a amante que acaba com o lar. E isso precisa ser modificado, não dá mais para se propagar isso.

Vale ressaltar que, apesar da questão também ser de classe social, é principalmente uma questão racial, não ocorre apenas nas classes menos abastadas. E essa questão se confirma e fica muito evidente quando se vê uma vereadora negra sendo morta no meio de uma cidade como o Rio de Janeiro.

Hoje, temos um homem que foi criado em um ambiente machista e que tem a mulher como um objeto. E para ele, objeto não sofre, objeto não sente dor e, portanto, ele pode fazer o que ele quiser. E neste momento de pandemia, houve um aumento das taxas de desemprego e, tendo em vista que o homem também tem essa ideia de ser o provedor da casa, quando ele sai dessa posição, a relação fica mais conflituosa e ele desconta essa raiva, esse problema, na mulher.

E as violências não são apenas físicas. Nesse período de pandemia, outra violência que especialmente a mulher negra vem sofrendo é a exposição ao vírus em razão de sua profissão como empregada doméstica. Quando essa mulher é exposta ao trabalho doméstico, que não é um serviço social, e mesmo assim, ela precisa ir, ela sofre um tipo de violência. Ela corre o risco de se contaminar e de perder a vida ou até mesmo de ter a vida de seus entes queridos tirada.

Essa situação demonstrada acima é uma reprodução da mulher negra no papel de servidão, que vem desde a época em que ela era colocada dentro das casas grandes. A gente está vivenciando isso hoje: mesmo na pandemia, a mulher precisa ir trabalhar, não pode ficar isolada em sua casa cuidando de si e dos seus. A situação se mantém, continua a se repetir.

Por isso é tão importante que leis como a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008 estejam dentro das escolas, até mesmo para mostrar a contribuição, que não foi apenas braçal, dos africanos e descendentes na construção do Brasil. Conforme citado anteriormente, Tereza de Benguela foi uma líder de atuação

intelectual extremamente importante para as mulheres negras, por isso repito, a educação de gênero é essencial, precisamos criar essa consciência nas crianças.

É preciso também que sejam criadas casas de abrigo para as mulheres que sofrem de agressão e para seus filhos, pois, na maioria dos casos, há uma dependência econômica da vítima em relação ao agressor. A mulher não pode virar as costas e simplesmente ir embora por não ter outro lugar para ir. Sem contar que muitas deixam de denunciar porque não há como fazer a denúncia e depois voltar para a casa do agressor. Durante a pandemia, o número de denúncias no Twitter foi muito maior no período das 23 às 6 horas, enquanto as denúncias nas delegacias diminuíram.

Novamente é importante destacar que não vale apenas penalizar o agressor porque ele também está nesse processo, além de que o machismo não é só prejudicial às mulheres, mas também aos próprios homens. Por isso, esses homens precisam ser reeducados, pois aprenderam que a mulher é inferior, que a mulher é submissa, que a mulher negra deve ser sexualizada, que o corpo dela pode ser usado de todas as formas. Logo, o homem precisa passar por esse processo de reeducação para aprender novamente, mas da maneira correta.

O bem viver é para todas e para todos. A educação é um direito universal, mas ela precisa ser “pluriversal”, isto é, ela precisa ser plural. Estou à disposição para debater e auxiliar na criação de políticas que, de fato, ajudem a população, que ajudem essas mulheres. Sei que os ministérios, o poder público quer muito ajudar, e me coloco como a voz da sociedade, dessa mulher negra, para ajudar no que for possível.



**Elizabeth
Guedes,**

Presidente da ANUP

A violência contra
a mulher sob
a perspectiva
da Associação
Nacional das
Universidades
Privadas



Vale lembrar que a mulher transsexual também sofre violência e é uma questão muito problemática. Bruna Valim é uma mulher trans que luta pelos direitos das mulheres trans, é um ícone do movimento LGBTQ+. A população LGBTQ+ é a única que apoia o fim da violência contra a mulher mais do que as próprias mulheres, pois também sofrem muito de violências decorrentes do machismo.

Elizabeth Guedes, Presidente da ANUP

Tenho que dizer que sou menos otimista, acredito que o fim da violência contra a mulher possui um único caminho: o controle social. E o mais trágico em relação a essa violência contra a mulher é que ela ocorre no mundo inteiro. Em Boko Haram, 286 meninas foram sequestradas de uma vez.

Geralmente, quando ocorre uma guerra, os homens vão à luta, tanto maridos, como filhos, e depois, as mulheres são encurraladas sucessivamente por todas as hordas que passam por ali. Minha sensação é que os homens, mesmo os puros de coração, são toscos, são atrasados. Os homens não evoluíram, não se civilizaram, batem por que são leões. Precisamos do controle social enquanto esses homens evoluem.

Vale lembrar que a mulher transsexual também sofre violência e é uma questão muito problemática. Bruna Valim é uma mulher trans que luta pelos direitos das mulheres trans, é um ícone do movimento LGBTQ+. A população LGBTQ+ é a única que apoia o fim da violência contra a mulher mais do que as próprias mulheres, pois também sofrem muito de violências decorrentes do machismo.

Infelizmente, os homens são criados em uma estrutura machista e parece que não evoluíram. Agem com vaidade, como leões na Savana que selecionam leas, que matam filhotes que não são deles.

Nota-se uma fraqueza nos homens e por isso que se acham fortes. Eles batem em mulheres porque são fracos. Por isso, só o controle social é capaz de

resolver esse problema enquanto os homens não evoluem. E esse controle social deve ser realizado por meio da prisão.

Conforme ressaltado anteriormente, a violência contra a mulher é mundial. Ocorre no Brasil, na China. Há países na Ásia em que uma em cada cinco mulheres são sequestradas para se casar. Há mulheres que são apedrejadas até hoje, há mulheres que são vendidas pelos pais.

E não é necessário ir muito longe. Em Marajó, há casos de meninas que estão sendo vendidas com 6 a 7 anos de idade sob um pretexto cultural, é um massacre de meninas.

Parece que os homens dormem enquanto as mulheres evoluem, aprendem a ser mãe, aprendem a ser *multitask*, enquanto aprendem a trabalhar, a amamentar e até a cuidar dos próprios homens. Não tenho muito a acrescentar depois de escutar mulheres tão cultas, tão envolvidas nessa luta.

Com tanta violência contra a mulher, a expectativa de melhora vai se tornando menos positiva. Por isso, se os homens usam força, é a força que eles precisam ter de volta, por meio de prisões e demissões.

Fui ensinada pelo meu pai que não se deve bater em mulher. Tenho dois irmãos mais velhos que também sempre foram ensinados a não baterem em mim, pois em mulher não se bate. Esse pensamento do meu pai é um pensamento de homem que evoluiu, que entende que mulher é um ser humano e deve ser tratada com igualdade.

É muito desanimador cada notícia sobre um feminicídio. É triste porque pode acontecer com qualquer uma e talvez só não aconteça com você porque você nasceu em outra casa, em outro lugar. É um acaso genético não estar em determinado lar sendo oprimida, apanhando.

Dentro das universidades, nos núcleos psicopedagógicos, que não é um núcleo para o aluno, mas para os professores, os que apanham ou sofrem *bullying* dentro da sala de aula pelos alunos, infelizmente, é sempre uma mulher. Não se metem com homens..

E muitas mulheres apenas não são agredidas porque possuem mais “poder” e o homem pensa: “é melhor não me meter com essa”. E infelizmente, se metem com outra. Por isso, a única solução é o controle social por meio de prisões.



**Ministra
Cármem Lúcia,**

Ministra do Supremo
Tribunal Federal

**A violência contra
a mulher sob a
perspectiva
do Judiciário**

“Justiça pela Paz em Casa”
colaborou muito e ainda
tem colaborado no sentido
de buscar não a igualdade,
de buscar não a igualdade,
mas a igualação.



Ministra Cármen Lúcia, Ministra do Supremo Tribunal Federal

Aprendo diariamente com várias mulheres, as que sofrem, as que batalham para acabar ou melhorar esse sofrimento, entre muitas outras. É muito melancólico chegar em 2020 ainda tendo que discutir um tema como a violência contra a mulher. Preciso encontrar forças, dentro de cada uma de nós, para continuar a luta, para que um dia nossas meninas de hoje não tenham que continuar utilizando espaços como este para discutir uma questão que devia ser ultrapassada desde o marco civilizatório da humanidade.

Falar de violência contra a mulher é falar de um sintoma ou um efeito de uma doença grave: a doença do preconceito, da discriminação, do não querer ou do não acreditar sequer que a mulher seja um ser humano igual ao outro. Apesar de cada ser humano ser um só, cada um é exatamente igual ao outro na humanidade. Apenas são diferentes na identidade.

Em primeiro lugar é necessário fazer uma referência histórica ao que já tivemos, pois há dois mil anos a mulher foi convertida em um objeto de que ela mesma se envergonha, que ela mesma tem medo permanente. E isso se converte em ações de agressão, em ações que fazem com que se busque a fragilização permanente das mulheres. A vergonha e o medo fragilizam o ser humano para sempre. A subnotificação de violência contra a mulher também se deve à circunstância de que as pessoas têm medo.

Os movimentos existentes hoje na sociedade brasileira, inclusive pelo Poder Judiciário, como a campanha da “Justiça pela Paz em Casa”, colaborou muito e ainda tem colaborado no sentido de buscar não a igualdade, mas a igualação. Afinal, a sociedade brasileira é desigual, preconceituosa, discriminatória

e extremamente machista. Há preconceito de raça, preconceito de cor, preconceito de gênero, há todo tipo de preconceito.

E não há dúvidas de que toda mulher, principalmente aquela que ocupa um espaço de fala na sociedade, já passou e continuará passando por alguma atuação preconceituosa. Todas já passaram porque desde que a mulher seja uma “moça boazinha”, está tudo bem. Mas caso a mulher precise se assentar e falar mais alto, como uma juíza de um tribunal, uma ministra de Estado, uma professora, uma reitora, uma empresária, a situação já muda. As mulheres precisam trabalhar mais do que os homens para mostrarem que são iguais.

Talvez, um dos maiores erros da minha geração foi achar que as mulheres já tinham conquistado alguns espaços. Foi acreditar que os direitos fundamentais, que os direitos humanos faziam parte de um marco civilizatório e que não era mais necessário lutar por eles. Todavia, a democracia é uma planta que deve ser cultivada todos os dias e que deve florescer.

Nossa sociedade é tão preconceituosa e machista que o constituinte de 1988 estabeleceu que todos são iguais perante a lei. Isso já estava em outras constituições, mas essa inovou, pois, além do *caput* do art. 5º, que é o dispositivo mais importante da Constituição Federal, ela deixou de forma mais expressa no inciso I que homens e mulheres são iguais em direitos e deveres nos termos desta Constituição.

Esse dispositivo já foi objeto de deboche. Muito se falava: “se todos são iguais, por quê chamar atenção?” E a resposta é: justamente porque é necessário, juridicamente, cobrir uma deficiência social, um déficit social de igualdade. Não há dúvidas que temos uma sociedade que desiguala, não há dúvidas que há mulheres que são mais desiguadas ainda. Não há dúvidas de que lésbicas, gays e trans sofram preconceito.

Em uma audiência pública no Supremo Tribunal Federal, foi dito por uma pessoa da comunidade LGBT: “nós sofremos preconceitos dentro de casa. A nossa dor começa em casa”. Mas há mulheres que sofrem sim, violência dentro de casa.

Ao visitar penitenciárias e se dedicar a trabalhos com penitenciárias femininas e com crianças que cometeram alguma infração, é possível perceber que a fila de espera de visitas em penitenciárias masculinas ou instituições para menores do sexo masculino é enorme. As mães estão lá, as namoradas, as esposas, as filhas. Já nas penitenciárias femininas, a sociedade brasileira finge não ver o que está acontecendo. Muitas vezes, nem a mãe aparece para visitar a filha porque o pai não quer que vá.

Muitas vezes é falado em relação à mulher presa: “essa daí já se perdeu”. É um equívoco. Não há vida que se perde. Ou o verme ou o maior sonho, tudo cabe na experiência humana.

A sociedade é cruel, perversa e lutar pelos direitos humanos é um problema pessoal, é uma luta que não transfiro para ninguém. Onde há uma criança, uma mulher apanhando, é na minha cara que estão batendo, é um problema meu. À maneira de John Donne: “Não pergunto por quem os sinos dobram. Eles dobram por mim”.

Onde há uma criança,
uma mulher apanhando, é na
minha cara que estão batendo,
é um problema meu.



O Brasil precisou ser punido internacionalmente para que fosse criada a Lei Maria da Penha. Muitas vezes nosso país não se dá conta de que comete erros, seja o Judiciário, Legislativo e Executivo. E o mundo hoje não acaba nas fronteiras, felizmente. Alguns temas, como os direitos humanos, são de todo o planeta, portanto, há órgãos internacionais que nos punem.

No caso da Maria da Penha, nosso Judiciário demorou anos e, quando foi julgado, julgaram mal. A vítima precisou levar a questão a um tribunal internacional, que determinou que o Brasil criasse uma lei. Isto é, nós precisamos ser punidos internacionalmente para cumprir os direitos humanos? Em pleno século XXI?

Em 2006, a Lei Maria da Penha foi criada e, nessa matéria, é considerada um dos melhores textos do Brasil. Apesar do bom texto, ainda há uma luta pela implementação e efetivação da referida lei que ainda tem muito espaço para ser cumprida. Mas não deixa de ser um avanço.

Vim do interior de Minas Gerais, uma região muito pobre, e a cidade foi construída em torno do que se chamava de uma “cruzinha”. Dona Amélia, em junho de 1904, grávida de nove meses, foi assassinada por Evaristo, seu marido, por intrigas familiares. Ali se formou a minha cidade, com base em sua história.



Em 2006, a Lei Maria da Penha foi criada e, nessa matéria, é considerada um dos melhores textos do Brasil. Apesar do bom texto, ainda há uma luta pela implementação e efetivação da referida lei que ainda tem muito espaço para ser cumprida.

Agora, em 2020, vive-se uma pandemia e chama atenção o aumento da violência em razão do aumento da divisão do espaço físico. Claro, para aquelas que têm espaço físico, pois ainda há as mulheres que estão nas ruas, são uma geração de meninas que sofrem infrações do próprio Estado. Sim, o Estado é infrator por omissão, infrator por não as colocar na escola e não dar condições para que a sociedade mude.

Educação para quem tem família começa em casa, para quem não tem, começa na escola. Antigamente, as escolas ensinavam (para aqueles que tinham condições de ir à escola) piano para as meninas e violão para os meninos. Anos depois eu descobri o porquê: simples, o piano só ficava em casa, então, a menina aprendia algo para ficar em casa, enquanto os meninos podiam pegar o violão e ir para as ruas quando quisessem.

**E essas ideias preconceituosas
são muito graves porque são
violentas, porque matam.**



A Constituição brasileira tem um ótimo texto em termos de direitos fundamentais, é uma lei para ser cumprida e há juízes no Brasil para fazer cumprir. Mas também é necessário que haja um processo transformador da sociedade. Muitas vezes há meninos novos que são mais machistas, mais preconceituosos e que discriminam mais do que pessoas de outras gerações. E são preconceitos inaceitáveis, ideias preconceituosas que são contrárias ao marco civilizatório que nós já atingimos.

E essas ideias preconceituosas são muito graves porque são violentas, porque matam. E enquanto o Estado deve se formar para garantir a vida, nós matamos mulheres.

Estamos completando mais de dois anos da morte da Marielle e ainda não temos resposta de quem a matou. O Estado é infrator não poucas vezes, pois ele não tem o direito, mas o dever de ser eficiente, e isso está expresso no artigo 37 da Constituição Federal. E ser eficiente é fazer o que for necessário para conseguir a finalidade determinada pelo direito.

Desde 2014, o Poder Judiciário criou a campanha “Justiça pela Paz em Casa”, em que os 27 presidentes dos Tribunais de Justiça foram convidados para participar. O objetivo é levar a paz para as famílias, para que as crianças aprendam que não podem bater, até porque a criança que vê esse tipo de experiência em casa, ou irá repetir a experiência ou renegar qualquer humanidade no sentido de querer ter boas relações em situação de igualdade com os outros.

O Poder Judiciário recentemente está chamando a atenção do Brasil inteiro para dar prioridade ao julgamento desses casos de violência contra a mulher. Não adianta 12 anos depois do feminicídio realizar um Júri, pois apesar de se aplicar o direito, não fará justiça na ideia daquela mãe que perdeu a filha assassinada.

Outra ação, por mim realizada, foi visitar todos os estados brasileiros com o intuito de aumentar o número de varas especializadas pela paz social no combate à violência doméstica. E foram criadas outras formas de prestação jurisdicional.



É necessário educar no sentido de maior humanidade, mais dignidade e responsabilidade para alcançarmos a liberdade que a Constituição nos assegura.

Nós precisamos trilhar o caminho da educação, pois o problema do Brasil deve ser resolvido pela educação. É necessário educar no sentido de maior humanidade, mais dignidade e responsabilidade para alcançarmos a liberdade que a Constituição nos assegura.

Conforme dito anteriormente, a Lei Maria da Penha ainda tem um espaço de crescimento, por exemplo, em relação às crianças. As crianças dos lares com violência precisam de um cuidado especial.

É de se destacar que há preconceito no Judiciário, há preconceito nas delegacias que atendem mal às mulheres em situação de tamanha vulnerabilidade. Por isso, o Judiciário criou grupos de apoio que levam os agressores a fóruns brasileiros, criou espaços, brinquedotecas para as crianças enquanto as mães dão seus depoimentos, pois muitas vezes elas não têm com quem deixar seus filhos.

Apesar do avanço, ainda temos um longo caminho a trilhar porque o índice de violência é tão grande que os espaços e redes de proteção não são suficientes. Todavia, o caminho mais longo ou mais curto sempre começa pelo primeiro passo e temos dado muitos passos no Brasil.

Nós temos desde 2015 a criação do feminicídio que faz com que os juízes atuem de forma mais eficiente e eficaz, temos a prioridade de julgamento nesses casos e ainda temos muito o que fazer.

Debates como esse são muito importantes porque enquanto a doença está escondida, ninguém procura remédio para ela. O silêncio é um aliado do agressor. O silêncio é uma forma de agressão imposta à mulher, imposta à criança que impede até a formulação, muitas vezes, de políticas públicas mais eficientes, pois não se ouve a sociedade.

Atualmente, há um grupo de juízas trabalhando para dar sequência àquilo que foi iniciado na campanha da “Justiça pela Paz em Casa”



Em gabinetes se decide como se o mundo começasse e terminasse segundo uma só pessoa pensa. Não se enxerga nada. Se não for à rua, se não for à luta, não se enxerga nada.

Atualmente, há um grupo de juízas trabalhando para dar sequência àquilo que foi iniciado na campanha da “Justiça pela Paz em Casa”, no sentido de melhorar a formação dos juízes que são de varas especializadas para que tenham melhores condições de conhecimento, condições de atendimento enquanto rede de proteção.

É necessário que haja uma transformação. A violência contra a mulher não é apenas um problema da mulher, mas de toda a sociedade, e de homens, porque nenhum homem que vive de agredir é capaz de ser um ser humano feliz, um ser humano em paz. A agressão é sempre de alguém com medo ou com medo de mostrar sua fragilidade e por isso sai gritando por aí. O direito não berra. O direito é razão.

Uma vara criminal em uma capital como Belo Horizonte às vezes tem três mil processos. A vara de combate a violência doméstica tem 15 mil processos. Ainda há os casos de subnotificação e os casos em que não se dá sequência.

Todos os brasileiros, cidadãos, têm o compromisso de estarem juntos e fazendo reflexões sobre as melhores formas de atuação para que tenhamos uma prestação melhor, tanto do serviço público, pois muitas vezes o Brasil

é um Estado infrator, assim como da sociedade. Só que a sociedade tem infração em todos os cantos, nos direitos sociais, trabalhistas, no direito penal. Entretanto, no caso da mulher, houve muita omissão historicamente.

Houve um avanço desde 1988 com as conquistas de direitos na Constituição, houve avanços por imposição de tribunais internacionais no caso Maria da Penha, uma mulher que foi assombrosamente corajosa. E por isso, ainda há esperança.



Santo Agostinho dizia que a esperança tem duas filhas: a indignação e a coragem. A indignação nos ensina a não aceitarmos as coisas como elas estão. E a coragem nos ensina que nós podemos mudá-las.

Minha mãe dizia que “Civilização é verniz. Na hora que tira esse verniz, tudo vira bicho de novo”. E por isso, precisamos cuidar do humano, cuidar da humanidade.

Santo Agostinho dizia que a esperança tem duas filhas: a indignação e a coragem. A indignação nos ensina a não aceitarmos as coisas como elas estão. E a coragem nos ensina que nós podemos mudá-las. Continuo a ser uma mulher com esperança no sentido de Santo Agostinho. E continuo muito indignada com tudo o que vejo, escuto e tenho que testemunhar. Mas continuo também com a mesma coragem de saber que na vida, tudo muda, mas quem muda a vida mais do que tudo somos nós.

Agradeço o convite e aplaudo, mais uma vez, a iniciativa e o debate.



Fabiane Oliveira,
Presidente do Instituto IEJA

Ariane Guimarães,
Diretora Acadêmica de Direito
Tributário do Instituto IEJA.

Encerramento

Fabiane Oliveira e Ariane Guimarães Instituto IEJA

Em 2020, o isolamento social necessário para conter uma pandemia sanitária agravou e publicizou a violência doméstica suportada por diversas mulheres ao redor do mundo. Com a convivência prolongada forçada entre a vítima e o agressor durante o isolamento social, em vários lares a situação tornou-se insustentável e as denúncias e pedidos de socorro invadiram as redes sociais.

Essa onda de violência, infelizmente, não é novidade, mas acompanha as mulheres há séculos. Atualmente, entretanto, vários Estados, como o Brasil, estão investindo em políticas públicas, como as reportadas pela Ministra Damares Alves, para acolher e proteger as mulheres vítimas de violência, além de punir e educar os agressores.

A sociedade civil, por outro lado, possui outras formas de combater e oferecer suporte às mulheres que são vítimas de violência, como explicitou a empresária Luíza Helena Trajano ao relatar as medidas adotadas dentro de sua própria empresa para combater essa violência, além de exemplificar o importante papel e a função social que líderes da sociedade civil possuem perante à sociedade.

A professora Adriana Vasconcelos apresentou outro ponto muito relevante ao debate, que é a questão racial e como os índices de violência contra mulheres negras e pobres superam assustadoramente os índices relacionados às mulheres brancas. Associar a questão racial ao estudo da violência contra a mulher, no Brasil, remonta ao “nascimento” do país, com sua história colonial e escravocrata, como narrou a professora. A imagem histórica da mulher negra no país é de escrava e serva, inclusive sexual. É uma mulher

calada pela violência desde o nascimento, numa sociedade racista, machista e extremamente patriarcal. Esse passado deixa claro a necessidade em educar homens e mulheres sobre o tema, empoderar e dar voz a essas mulheres, para que elas consigam se proteger, denunciar, viver dignamente, além de criar seus filhos num ambiente de respeito e sem violência.

O preconceito, infelizmente, não se atém à questão racial, como evidenciou a Presidente da ANUP, Elizabeth Guedes, mas está presente na comunidade LGBTQI+ e na desigualdade social. A educação é uma importante aliada contra todo tipo de preconceito, sendo necessário o ensino crítico sobre as consequências sociais do nosso passado colonialista, patriarcal e escravocrata e a importância em proteger e empoderar as meninas e mulheres do país. Como disse a Ministra Cármen Lúcia: “É necessário educar no sentido de maior humanidade, mais dignidade e responsabilidade para alcançarmos a liberdade que a Constituição nos assegura.”

A Ministra Cármen Lúcia elaborou perfeitamente as causas e consequências do preconceito, a importância de uma luta constante por igualdade e o papel do medo como um fator que ainda inibe a denúncia e a busca por ajuda, lembrando que “**o silêncio é aliado do agressor**”. A Ministra falou sobre o papel do Poder Judiciário na luta contra essa violência, com a criação de varas especializadas em violência doméstica, com campanhas como a “**Justiça pela Paz em casa**”, mas, infelizmente, o caminho a percorrer é longo, o número de processos é absurdamente alto e o próprio Estado é infrator, em especial por omissão.

Todas as falas e colocações aqui apresentadas mostram a importância de lutar e ampliar a voz, o lugar de fala da mulher, da mulher negra, não só sobre a violência, mas uma voz intelectual, um poder de ensino.

Enquanto o ensino de gênero, de raça e de aceitação não for padrão nas nossas escolas, a violência e o preconceito não acabam. A educação, como afirmou repetidas vezes a Ministra Cármen Lúcia, parece ser a única saída contra a violência de gênero e o preconceito em todas as áreas.

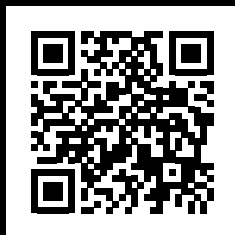


A educação, como afirmou repetidas vezes a Ministra Cármen Lúcia, parece ser a única saída contra a violência de gênero e o preconceito em todas as áreas.



Instituto de Estudos
Jurídicos Aplicados

**Ensinar
é o que
fazemos
Direito**



@ieja.instituto



@institutoieja

institutoieja.com.br

SHIS QI 26, Conjunto 7, Casa 14, Lago Sul-DF
(61) 3970-5406 • contato@institutoieja.com.br